A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa Lima Teixeira*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Valente*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio n.º 4905-DL/2007

A Dr.ª Alexandra Barreto do Carmo, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Covilhã, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 101/04.6IDCTB, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui Manuel Sebastião Justino, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Agosto de 1974, titular do bilhete de identidade n.º 10889280, com domicílio no Bairro Novo, lote 1, 1.º, Boidobra, 6200 Covilhã, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelos artigos 30.º, n.º 2, do Código Penal e 105.º, n.º 1, da Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em 3 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

4 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Alexandra Barreto do Carmo*. — A Escrivã-Adjunta, *Lurdes Ferreira*.

Anúncio n.º 4905-DM/2007

A Dr.ª Alexandra Barreto do Carmo, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Covilhã, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 54/05.3GBCVL, pendente neste Tribunal contra o arguido Hélder Daniel Silveira Santos, filho de António dos Santos Vaz e de Maria Albertina Silveira Caetano, natural de Orjais, Covilhã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Dezembro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13457816, com domicílio na Quinta do Freixo, Ferro, 6200-570 Ferro, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 5 de Março de 2005, por despacho de 29 de Maio de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

15 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Alexandra Barreto do Carmo*. — O Escrivão Auxiliar, *José António Alípio Gonçalves*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE CUBA

Anúncio n.º 4905-DN/2007

A Dr.ª Laura Maria Dias Godinho Rações, juíza de direito da Secção Única da Tribunal da Comarca de Cuba, faz saber que no processo de Querela n.º 87/93.0TBCUB, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Manuel Lourenço Simões, filho de Tindaro Simões e de Emília Lourenço, natural de Portugal, Sertã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Abril de 1955, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 4273693, com domicílio na Rua Gualdim Pais, 97, Lisboa, por despacho de 30 de Março de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir

daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter sido detido para cumprimento de pena em que está condenado, nestes autos.

5 de Junho de 2007. — A Juiz de Direito, *Laura Maria Dias Godinho Rações*. — O Escrivão-Adjunto, *José Augusto Feio Barroso*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Anúncio n.º 4905-DO/2007

O Dr. Miguel Raposo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Elvas, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 267/06.0PBELV, pendente neste Tribunal contra o arguido Toni Markov Guergoriev, filho de Marko e de Liliana, natural da Bulgária, de nacionalidade búlgara, nascido em 31 de Dezembro de 1963, casado, passaporte n.º 345351709, com domicílio na Rua do Touro, 15-A, Elvas, 7350-030 Elvas, o qual se encontra acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 22 de Junho de 2006, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Miguel Raposo*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria Irene Correia Caetano*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Anúncio n.º 4905-DP/2007

A Dr.ª Ana Margarida Nogueira Correia, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Elvas, faz saber que neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal colectivo) n.º 181/06.0TBELV, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4, e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do código de processo penal, do processo comum (tribunal colectivo) n.º 281/03.8PBELV do 2.º Juízo de Elvas, Tribunal da Comarca, onde foi declarado contumaz o arguido José Gama Cardoso, filho de José da Purificação Cardoso e de Maria Henriqueta Gama Caldeira, natural de Elvas, Assunção, Elvas, nascido em 10 de Março de 1981, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13813855, com domicílio na Rua Eng. Sequeira Lopes, 2, Bairro de São Pedro, 7350 Elvas, por se encontrar acusado da prática de um crime de receptação, previsto e punido pelo artigo 231.º do Código Penal, praticado em Junho de 2003 e um crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 6.º da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, praticado em Junho de 2003, por despacho de 16 de Novembro de 2006, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

8 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Margarida Nogueira Correia*. — A Escrivã Auxiliar, *Anabela Nascimento*.

Anúncio n.º 4905-DQ/2007

A Dr.ª Ana Margarida Nogueira Correia, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Elvas, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 519/99.4TBELV, pendente neste Tribunal contra o arguido António Escobar Pacheco, filho de António e de Elisa natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, casado, bate-chapas de veículos automóveis, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 8850678-W, com com domicílio na Calle República Dominicana, bloco 12, 9.º-C, Badajoz, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 15 de Abril de 1998, por despacho de 16 de Fevereiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos